

UMA DINÂMICA ASSENTADA NA DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (SC)²⁸

Felipe Anderson França²⁹

Resumo: O artigo analisa a estrutura industrial do município de Rio do Sul (SC), que constitui o eixo de dinamismo dessa economia. O estudo é pioneiro por identificar a diversificação da base produtiva do município, além de fornecer uma visão de conjunto da indústria local. São abordados, para tanto, os indicadores de emprego industrial e de arrecadação de ICMS na indústria, segmentados pela Divisão CNAE 2.0. Rio do Sul apresenta uma eloquente experiência, no sentido de sugerir a diversificação industrial como um destacado elemento para a compreensão de dinâmicas econômicas territoriais. Mais do que isso, leva a pensar que essa é uma promissora forma de inserção na dinâmica do capitalismo contemporâneo vinculada à globalização. Com intensa participação dos complexos eletrometalmecânico, vestuarista e alimentar, toma forma o cenário que é observado no presente estudo.

Palavras-chave: Diversificação industrial; Desenvolvimento regional; Rio do Sul/SC.

A DYNAMIC SEATED IN INDUSTRIAL DIVERSIFICATION: THE MUNICIPALITY EXPERIENCE OF RIO DO SUL (SC)

Abstract: The paper analyses the industrial structure of Rio do Sul (Brazil), which constitutes the dynamic axis of this economy. The study figures as the first one to identify the production base diversification of the city, in addition to provide an overview of the local industry. It is discussed, therefore, the industrial employment and tax collection (ICMS) indicators, stratified by production activities (according to Divisão CNAE 2.0). Rio do Sul presents a striking instance, in the sense of suggest the industrial diversification as a highlighted element to the comprehension of territorial economic dynamics. Furthermore, it suggests that this is a promising way for integration in the dynamics of contemporary capitalism linked to globalization. With an intense participation from electro-metal-mechanical, clothing and food industry complexes, the concern scenario in analysis is forged.

Key-words: Industrial diversification; Regional development; Rio do Sul/SC.

²⁸ Este artigo é fruto da Monografia de graduação do autor, defendida em julho de 2014, no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, orientada pelo Prof. Hoyêdo Nunes Lins.

²⁹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: franca.felipe@outlook.com

INTRODUÇÃO

Rio do Sul é um município catarinense situado na porção ocidental do Vale do Itajaí. Localiza-se precisamente no Alto Vale, sendo que dentro de seu perímetro urbano se forma o rio de maior importância econômica do estado, o Itajaí-Açu. Com mais de 60 mil habitantes, o município é o 19º no ranking populacional catarinense, 24º no tamanho do Produto Interno Bruto, e ainda o 7º maior município exportador de Santa Catarina, segundo dados do IBGE (2010a), e MDIC (2010).

Um município com 93% de população urbana (IBGE, 2010a), que possui uma socioeconomia norteadada por empresas dos complexos eletrometalmecânico, vestuarista e alimentar. Entretanto, não se trata de uma economia caracterizada e explorada pela literatura, e o entendimento da estrutura industrial do município, que é o polo regional para mais de 250 mil catarinenses, fica defasado. Não obstante, quando analisada a socioeconomia de Santa Catarina, é comum o fato de os estudos nem sequer tomarem conhecimento de Rio do Sul³⁰.

Figura 1 – Localização geográfica de Rio do Sul



Fonte: Wikimedia, 2014, S.p. Adaptado.

³⁰ Cardoso (1984, p. 3) já escrevia sobre a escassez de literatura a cerca do município: “Rio do Sul, cidade e município que polariza o Alto Vale do Itajaí, ressenete-se portanto, há muito, da inexistência de um opúsculo deste gênero [compêndio histórico e geográfico]”.

Concomitantemente, a estrutura industrial catarinense costuma ser indicada por mesorregiões. Estudo realizado há uma década e meia (IPEA et al, 2000) é bastante ilustrativo, sintetizando a morfologia da rede urbana de cada região. No caso do Vale do Itajaí, o estudo assinala:

A mesorregião do Vale do Itajaí [...] caracteriza-se por três diferentes unidades: uma porção fortemente industrializada [eixo Blumenau – Brusque], uma porção litorânea – ambas intensamente urbanizadas – e uma porção nitidamente agropecuária [Alto Vale] [...] Sua área agrícola não sinaliza mudanças significativas, apenas a continuidade de movimentos migratórios, não muito intensos, dirigidos aos centros mais dinâmicos da própria região (IPEA et al, 2000, p.138 e 139).

Inferese da leitura acima que a área agrícola, isto é, o Alto Vale como um todo, perpetua uma migração, que apesar de fraca, é guiada pela malha urbana formada, em grande medida, por Blumenau. Outrossim, a porção oeste do Vale do Itajaí não sinaliza mudanças significativas em sua rede urbana. O mesmo estudo assinala, todavia, o município de Rio do Sul como “polarizador de uma extensa área com expressão agropecuária” (IPEA et al, 2000, p. 137).

De fato, as últimas décadas têm demonstrado a consolidação de uma estrutura industrial diversificada em território rio-sulense. Dados do IBGE (2000; 2010a) também mostram que o município está longe de dirigir um movimento migratório em direção a outras regiões: seu crescimento populacional foi de 18,5% entre os dois últimos anos censitários. A título de comparação, Blumenau registrou, no mesmo período, um aumento populacional de 18,03%.

Outros estudos, como SANTA CATARINA (1986), apesar de considerarem Rio do Sul como pertencente à área industrial do estado, devido à colonização predominantemente alemã, não destacam quais são as empresas ou setores produtivos de destaque do município:

[Região industrial de origem alemã]: No nordeste de Santa Catarina, de Joinville até Rio Negrinho, no planalto norte e deste até Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, continuando em direção a Brusque, no vale do Itajaí-Mirim, seguindo até Blumenau e daí até Joinville, fechando-se o perímetro da área onde se localiza a região mais industrializada [...] totalizando mais de 50% do valor da produção industrial catarinense [...].

Assim, o objetivo central deste artigo é encontrar evidências que apontem a diversificação industrial de Rio do Sul, destacando quais os setores produtivos – e principais empresas – que compõem o tecido industrial local. Esse esforço contribui, portanto, para uma melhor percepção da realidade socioeconômica local, uma vez que se ocupa do centro dinâmico, por assim dizer, da economia de Rio do Sul.

O presente estudo é organizado da seguinte maneira: na seção 2 discute-se a ideia de diversificação industrial como elemento de dinamização econômica; na seção 3 é feita a contextualização da problemática regional na economia brasileira; na seção 4 são caracterizadas as principais empresas e explorados indicadores socioeconômicos do município de Rio do Sul; por fim, na seção 5, são feitas as considerações finais.

1. ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA COMO PARADIGMA E SEU CONTRAPONTO

Nas últimas décadas, ao redor do mundo, novas realidades na esfera produtiva começaram a ser observadas e ressaltadas. A década de 1980, por exemplo, passou a evidenciar a flexibilização das atividades produtivas, mais ou menos relacionadas com o tipo de produção fordista/taylorista e, de maneira óbvia, o *just-in-time*. Alguns autores preferem falar de pós-fordismo ou acumulação flexível, como Harvey (1992).

Essas mudanças foram promovidas por avanços que, inclusive, ultrapassaram fronteiras tecnológicas, como na microeletrônica. Concomitante foi o avanço nos meios de comunicação e transporte, desvencilhando unidades produtivas das áreas geográficas onde se situam seus fornecedores ou compradores – reverberando o uso do conceito de empresas/indústrias “*footloose*”³¹. Além disso, as pequenas e médias empresas passaram a figurar como protagonistas nesse cenário de crescente flexibilização e terceirização de etapas produtivas.

É simplesmente lógico afirmar que os Estados nacionais não permaneceram inertes nesse movimento. A formulação estratégica de políticas de fomento à atividade industrial no interior das Nações, em seus diversos territórios, fez crescer o uso de algumas abordagens que passaram a figurar, de certo modo, como uma nova “ortodoxia” no campo do desenvolvimento econômico com dimensão espacial.

A referida ortodoxia diz respeito aos estudos que centram seus esforços em ambientes como clusters e distritos industriais, cuja concentração espacial e especialização produtiva nutriram o entendimento de que estes ambientes constituem uma importante via para o desenvolvimento econômico.

³¹ Esse termo costuma ser usado como referência a segmentos industriais que possuem uma notável “liberdade de localização”, buscando estritamente a diminuição de custos operacionais a partir, por exemplo, da redução dos custos com mão de obra e incentivos fiscais que diferentes localidades podem oferecer. Vários são os fatores que permitiram, e permitem, com que indústrias possuam maior liberdade para a escolha de sua localização. Dois deles merecem destaque: i) a terceirização e subcontratação de serviços ao longo das cadeias produtivas; ii) queda nos custos de transporte e comunicação. Dessa maneira as distâncias geográficas “perdem” importância, e, cada vez mais, diferentes ambientes geográficos passam a integrar, de alguma forma, cadeias produtivas.

Portanto, ainda que se observe uma maior “deslocalização” das atividades produtivas, aparece na contramão desse processo a importância da concentração espacial da produção, esmorecendo, de certo modo, a desconcentração de bases produtivas. Lins (2000, p. 36) observa que:

Assiste-se, por exemplo, a uma certa reconcentração geográfica da produção, baseada no fato de que a desintegração vertical implica estruturas elaboradas de relações transacionais, envolvendo contatos diretos (face a face), trocas de informações estratégicas e subcontratação intensa, fruto da maior necessidade de monitoração constante da qualidade do produto e do uso de serviços de apoio aos produtores.

Assim, com vantagens associadas às economias de aglomeração, ganharam força não apenas as regiões que concentram determinada atividade produtiva, mas também os estudos que se debruçam sobre a identificação de *complexos produtivos localizados*. De acordo com Lins (2007, p. 130): “Detecta-se na literatura o entendimento de que o espaço – assimilado à proximidade entre agentes econômicos [...] e à “herança” que os territórios concentram e transmitem – é essencial aos processos de aprendizagem e inovação”.

Entre os estudos cujo enfoque é a concentração produtiva podem ser identificados aqueles que trabalham com a ideia de “áreas sistemas” ou “distritos industriais”. Em outras palavras, estudos que abordam a concentração geográfica e a especialização de determinado complexo produtivo.

Observados em países como Itália (região da Emilia Romagna, principalmente), Alemanha (Baden-Württemberg), Dinamarca (Jutland) e França (perto de Lyon e na área de Grenoble); trata-se principalmente de PMEs [pequenas e médias empresas] concentradas territorialmente e que produzem bens similares, em contexto de fragmentação em escala de firma, mas de forte integração vertical na região [...] (LINS, 2000, p. 38).

Além dos conceitos já citados, Porter (2000) utiliza uma noção que possui uso amplo na literatura: a ideia de “cluster industrial”. Na definição deste autor, o cluster é a concentração geográfica de empresas de determinada indústria – fornecedores especializados, prestadores de serviços e também instituições (ensino, pesquisa, cooperação, entre outros).

Na economia global, políticas macroeconômicas são necessárias, mas não são suficientes. As influências mais decisivas e inevitáveis do Estado estão na escala microeconômica. Através dela, a remoção de obstáculos para o crescimento e desenvolvimento de clusters existentes ou emergentes assume prioridade. Clusters são uma força condutora para aumentar exportações e imãs para atrair o investimento externo (PORTER, 2000, p. 16).

Apesar de diferentes, os conceitos de distrito e cluster compartilham algo fundamental: a ideia de que aumenta a produtividade das empresas inseridas nestes espaços. Assim, a especialização produtiva territorial é entendida como uma mola mestra para o aumento da produtividade das firmas – e, por consequência, de sua competitividade, intensificando também a dinâmica e a inserção de mercado de tais empresas, tendo efeitos irradiadores sobre a socioeconomia em que se inserem.

Esboçado o cenário da aparente “ortodoxia”, Lins (2000, p. 40, grifo no original) faz importantíssima colocação: “É a experiência europeia dos ‘distritos industriais’, notadamente na versão italiana – tornada paradigmática – que tem inspirado grande parte das análises sobre os novos *complexos produtivos localizados*”.

As palavras de Marshall (1979, p. 225) enaltecem a importância da concentração geográfica de uma atividade produtiva:

Quando uma indústria escolhe uma localidade para si, geralmente nela permanece por muito tempo, tão grandes são as vantagens que as pessoas que realizam uma mesma atividade especializada obtêm umas das outras, numa vizinhança próxima. Os mistérios da atividade deixam de ser mistérios; ficam como se estivessem soltos no ar, e as crianças aprendem muitos deles inconscientemente. [...] E atividades subsidiárias crescem na vizinhança, fornecendo implementos e materiais à indústria principal [...].

A argumentação central de Marshall (1979) vincula-se à ideia de que a aglomeração territorial em determinada atividade produtiva gera um conjunto de vantagens – principalmente as que vieram a ser conhecidas como “economias externas marshallianas”. Também, nas entrelinhas das palavras de Marshall, está o conceito de conhecimento tácito. Este conhecimento, “impregnado nos ambientes produtivos [...] e ‘fixado’ em localizações específicas, constitui pilar fundamental da competitividade tendo e vista as ‘rugosidades’ que se interpõem à sua propagação em escala ampla” (LINS, 2007, p. 131).

É nesta toada que ganham força, no Brasil, estudos que tratam dos chamados “Arranjos Produtivos Locais”, os APLs – que fazem referência à ideia de aglomerações industriais³². Nesses estudos, a proximidade geográfica, a especialização setorial, a predominância de PMEs, a identidade sociocultural e a existência de instituições que alavanquem a atividade local figuram como fatores chave.

Como fio condutor das análises até agora abordadas nesta subseção, tem-se, portanto, o entendimento de que a especialização é uma vantagem, algo importante e decisivo, para que

³² APLs foi como se designou essas aglomerações no âmbito de estudos do Redesist – Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. Ver, por exemplo, Cassiolato e Lastres (1999).

as regiões possam manter – ou aumentar – sua participação na dinâmica capitalista. Isso seria verdadeiro, inclusive, no marco da globalização.

A globalização e as facilidades de transporte e comunicação levaram à uma onda de terceirização, onde as empresas realocam suas instalações para locais de baixo custo. Entretanto, essas mesmas forças criaram um paradoxo de localização. Qualquer que seja a eficiência obtida com a distância tem sido essencialmente *anulada* como uma vantagem competitiva nas economias avançadas. [...] Apesar do avanço tecnológico atenuar as desvantagens, ele não cria vantagens. Além disso, o abastecimento distante normalmente é a segunda melhor solução em relação ao acesso a um cluster local competitivo em termos de produtividade e inovação (PORTER, 2000, p. 32, grifo no original).

Assim, a ênfase mais importante dos clusters ou distritos industriais – e, no Brasil, devido à terminologia que ganhou dimensão, dos APLs – passou a marcar de modo irrecusável inúmeros estudos em economia regional, adquirindo contornos paradigmáticos. Isso significou, praticamente, a relegação a segundo plano, em termos analíticos, do papel de outras estruturas industriais, também capazes de promover dinamismo e desenvolvimento econômico.

Entretanto, como costuma ser o caso diante de quaisquer arcabouços de análise tornados quase uma “ortodoxia”, é preciso ter claro que esses aglomerados não constituem a única e definitiva “verdade” no campo da dinâmica industrial e do desenvolvimento regional. De fato:

Cabe referir [...] à aparente aura de ortodoxia que caracteriza algumas análises sobre os novos *complexos produtivos localizados*, especialmente na versão “distrito industrial/marshalliano/italiano”. [...] [A] “forma distrito” [não] é a tradução geográfica fundamental, espécie de padrão espacial que configura regra, da atividade industrial [...] (LINS, 2000, p. 48, destaque no original):

Algumas abordagens procuram estabelecer um contraponto à ideia de que a especialização produtiva é condição incontornável do desenvolvimento regional, diante da enorme complexidade dos modernos processos produtivos globais. Uma notável ilustração é fornecida pelos estudos de Breitbach (2003; 2007), que sistematizam contribuições analíticas e, simultaneamente, desenvolvem análises específicas, sobre a diversificação industrial, e não a especialização, como base da dinâmica local/regional. Em outras palavras: essas dinâmicas podem ser explicadas, também, pela diversificação industrial.

A análise construída neste estudo compartilha o entendimento de Breitbach (2007, p. 28), segundo o qual: “De maneira geral, a especialização tornou-se palavra-chave para se obter uma inserção competitiva no mercado mundial, constituindo-se em pré-requisito para o bom desempenho econômico”.

Contudo, ainda que a especialização produtiva exerça importante papel para dinâmicas territoriais, é preciso abertura analítica para outras possibilidades. A razão é que podem existir diversos fatores explicativos para as dinâmicas regionais, sendo a diversificação industrial um desses. Afinal, “Uma indústria diversificada dá oportunidade a que os ramos com melhor desempenho substituam aqueles que passam por dificuldades, conforme a conjuntura. O desemprego em um ramo pode significar absorção de mão de obra por outro” (BREITBACH, 2007, p. 30).

Desse modo, uma região diversificada corre menores riscos, sobretudo em momentos de turbulência econômica, principalmente no que diz respeito a um indicador tão importante como o nível de empregos. Por motivos lógicos, uma região diversificada tenderia a ser menos vulnerável ao jogo de forças econômicas do sistema capitalista, pelas possibilidades de compensação entre as situações de diferentes setores.

Note-se que, se o tema das inovações ocupa um lugar central nas análises desenvolvimentistas no marco da “ortodoxia” das aglomerações produtivas especializadas, essa mesma questão aparece nas visões que realçam a diversificação.

Contrarrestando a tendência dominante, os estudiosos dos “meios inovadores” não compartilham da ideia que o desenvolvimento regional deva fundar-se sobre a especialização produtiva. Alguns salientam que as regiões diversificadas – por disporem de um tecido industrial mais flexível – estariam mais aptas a reagir a situações de riscos e incertezas, que caracterizam a economia globalizada. [...] Com efeito, tem-se verificado que regiões altamente especializadas podem sofrer fortes oscilações em seu ritmo de crescimento, muitas vezes trazendo consequências significativas para o conjunto da organização sócio-territorial correspondente (BREITBACH, 2008, p. 5).

Ademais, possuindo determinada região fatores que, além de terem estimulado a diversificação industrial, permitem a consolidação dessa estrutura produtiva – como salários relativamente baixos, bons níveis de escolaridade e capacitação da mão de obra – é possível que ela possa responder aos desafios incrustados na dinâmica da globalização e, mais amplamente, nos movimentos do capitalismo contemporâneo.

Não se trata, evidentemente, de negar a importância da formação e consolidação de complexos produtivos especializados, mas sim de assinalar que também a diversificação da base produtiva em escala territorial pode representar estrutura apta – e representa como mostrou Breitbach (2003) – ao envolvimento positivo de locais e regiões à dinâmica capitalista global.

Admitindo que certas unidades territoriais possam ter uma estrutura produtiva diversificada, podendo, ainda, levá-las a um melhor encaixe nas dinâmicas capitalistas, surge

a necessidade de mensurar a intensidade da diversificação/especialização dos territórios. Para isso, Almeida e Ribeiro (1991) criaram uma tipologia – que também foi utilizada e complementada por Breitbach (2008) – batizada de Indicador de Singularidade/Pluralidade dos Centros Urbanos, visando estabelecer o grau de diversificação de uma unidade territorial³³.

Tal tipologia tem como base o Valor da Transformação Industrial – VTI, indicador calculado pelo IBGE que diz respeito ao valor que o trabalho exercido em cada estabelecimento industrial acresce ao valor das matérias-primas, componentes e materiais consumidos. Nesse sentido, o estudo de uma região específica requer a estratificação do VTI pelos gêneros industriais, onde o grau de diversificação ou especialização é mensurado da seguinte maneira:

Figura 2 – Classificação industrial por gêneros, de acordo com o Indicador de Singularidade/Pluralidade dos Centros Urbanos.

Característica	Valor da Transformação Industrial
1) Centros fortemente monoindustriais	Um gênero detém 75% ou mais do VTI.
2) Centros monoindustriais	Um único gênero detém entre 50% e 75% do VTI, ou; Um único gênero detém entre 45% e 50% do VTI, desde que não haja outros gêneros que respondam por mais de 10% do VTI.
3) Centros bipolares	Dois gêneros com VTI acima de 10% cada, sendo que pelo menos um deles é responsável por mais de 25% do VTI.
4) Centros com tendência à diversificação	Três gêneros superiores a 10% cada, sendo que, juntos, perfazem mais de 60% do VTI total.
5) Centros diversificados	Três gêneros superiores a 10% cada, cuja soma não ultrapasse 60% do VTI total.
6) Centros fortemente diversificados	Quatro gêneros superiores a 10% cada, cuja soma não ultrapasse 60% do VTI total.

Fontes: Almeida e Ribeiro (1991); Breitbach (2008). Elaboração própria.

Como o VTI não é disponibilizado pelo IBGE em nível de município, é possível utilizar outras duas variáveis estratificadas por atividade industrial, a fim de estabelecer o grau de diversificação da indústria: a) nível de empregos, e; b) arrecadação de ICMS.

³³ Almeida e Ribeiro (1991) utilizaram sua tipologia apenas para os centros urbanos de maior expressão no Brasil, análise esta que excluiu inúmeros centros regionais – a exemplo do caso analisado por este artigo. Interessante ressalva é feita pelos autores: “Sua principal restrição vincula-se à questão da escala de representação do mapa [...], que gerou a obrigatoriedade de estabelecer um patamar mínimo [...], o que excluiu da análise algumas áreas industriais que têm peso importante no processo de industrialização nacional. Pode-se argumentar que [...] uma série de centros do Sul [do Brasil], que não entraram na análise, são regionalmente importantes, com suas pequenas indústrias fornecendo insumos para segmentos importantes da agricultura e mesmo para outras indústrias maiores” (ALMEIDA; RIBEIRO, 1991, p. 80).

O nível de empregos é um importante indicador para a análise de uma socioeconomia. Alguns leitores se mostrarão céticos em relação ao uso da base de dados da RAIS, dado que ela se apoia nas informações divulgadas pelos empregadores, e ainda desconsidera a porção informal dos empregos da economia. Porém se trata da fonte mais segura e objetiva de dados de emprego industrial no país, permitindo ainda uma análise da evolução histórica do nível de empregos, com abertura detalhada dos dados por atividades produtivas e por abrangência geográfica.

Para enriquecer a análise, bem como para complementar o estudo do número de empregos, será utilizada a mesma tipologia, com base na arrecadação de ICMS do município, disponibilizado pela Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina – SEF/SC. É um indicador importante, pois, suas variações acabam por retratar as oscilações da atividade econômica de um setor industrial. E ainda, a principal preocupação com o uso do “ICMS industrial” está ligada, fundamentalmente, em melhor analisar as atividades não intensivas em mão de obra, que ficam subestimadas em uma análise de nível de emprego.

2. A PROBLEMÁTICA REGIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O Brasil não faz parte do grupo de países que comandam o processo globalizador das cadeias produtivas, como EUA, Japão ou Alemanha. Todavia, “embora o Brasil não apareça como participante de primeira linha no jogo político-econômico global, dinâmicas protagonizadas nessa escala têm afetado a economia da Nação” (LINS, 2001, p. 78).

Num cenário onde imperam dinâmicas exercidas por empresas e conglomerados transnacionais, a diferenciação tornou-se palavra chave para as diferentes unidades territoriais. Afinal, quando um agente global quer decidir para onde ir, ele toma a decisão com base na diferenciação regional, no que um território pode oferecer e que outros não podem. Daí vem a máxima “pensar globalmente e atuar localmente”.

E é natural que as regiões melhor preparadas obtenham os melhores resultados – o que tende a intensificar as desigualdades territoriais. A necessidade de implantação de políticas de desenvolvimento regional por parte do Estado se torna fundamental, caso seja de interesse do poder público reduzir as disparidades inter-regionais e distribuir o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Portanto, conforme determinadas regiões no interior de diferentes países atraem os elementos mais intensos de dinâmica econômica, o cerne do debate torna-se o espraiamento de seus efeitos, sobretudo em países com menor nível de desenvolvimento, caso do Brasil. Observou-se nesse país, até os anos 1970, um crescimento com forte concentração espacial, onde as metrópoles nacionais cresceram exponencialmente. Não obstante, a sociedade brasileira estava engatada num processo de êxodo rural. Ao analisar a sociedade e a economia brasileira nas décadas de 1970 e 1980, Faria (1991, p. 102) afirma:

[E]mergiu uma complexa e intrigante sociedade urbano-industrial. Complexa por que marcada pelos processos que constituíram, entre nós, uma das maiores economias contemporâneas. Intrigante porque, afora sua complexidade e seu tamanho, essa economia mundial crescentemente internacionalizada esteve – e está – longe de apresentar características das sociedades industriais avançadas [...].

Nesse período, o governo militar não escondia a preocupação em desconcentrar a produção no país, bem como o padrão de ocupação urbana em seu território. Com auge na instituição do Plano de Integração Nacional – em 1970 – sob o comando de Médici, a cunhagem dos lemas “Integrar para não Entregar” e “Uma terra sem homens para homens sem terra”, a desconcentração urbana e produtiva ganhava força.

Todavia, era, sem dúvidas, árduo o combate à tendência de concentração espacial dos investimentos na economia brasileira. Pacheco (1996) destaca um mix de fatores que, entre 1970 e 1990, se fez necessário para a reversão desse movimento: a) deseconomias de aglomeração nos grandes centros urbanos; b) integração produtiva do mercado nacional; c) pressões ambientais nas áreas intensamente industrializadas; d) políticas de governo. Ferreira e Diniz (1995) ainda apontam a pressão sindical nos grandes centros e o desenvolvimento da infraestrutura em outras regiões do país. Assim, as atividades econômicas foram seduzidas por outros estados e regiões, que não as grandes metrópoles brasileiras – ênfase para a Grande São Paulo.

Ferreira e Diniz (1995, p. 50) destacam os indicadores apresentados na principal região industriais do Brasil, entre 1970 e 1990:

A área metropolitana de São Paulo veio a se constituir, ao longo deste século, na maior concentração de atividades industriais e urbanas e de população do País. Em 1970, sua participação na produção e no emprego industrial do Brasil atingiu, respectivamente, 44% e 34%. Essa participação, entretanto, caiu para 26% e 25% em 1990 [...].

Deste modo, observa-se uma mudança no padrão urbano brasileiro, desconcentrando-se enquanto a economia nacional experimenta e reflete os efeitos da globalização. Faria (1991) revela que nas décadas de 1960 a 1980 surgiram 386 cidades em território nacional com mais de 20 mil habitantes. Não por acaso, os anos 1970 apontam avanço industrial na vasta maioria do território brasileiro.

Nesse quadro de metamorfose socioeconômica com dimensão espacial, a região Sul do Brasil não representa um caso à parte. Os setores que deram base ao seu crescimento econômico são apontados por Pacheco (1996, p. 116):

O Sul vai gradativamente ampliando sua participação, devido ao crescimento da metal-mecânica, [...] da têxtil de Santa Catarina, da indústria de papel e celulose do Paraná e Rio Grande do Sul e, por fim, pelo acelerado processo de integração da agropecuária com a agroindústria nos três estados.

A região Sul também assistiu a diversificação de seu parque industrial, tendo a Região Metropolitana de Curitiba, a região de Caxias do Sul e o Nordeste Catarinense como ícones deste processo. As especificidades de Santa Catarina são tratadas por Lins (2003), que mostra que o fortalecimento da estrutura industrial do estado se deu por ramos dinâmicos, como o complexo metal-mecânico, e com ramos tradicionais, como o complexo têxtil-vestuário e de alimentos.

Uma vez que a desconcentração produtiva brasileira não é constituída pelo traslado do parque fabril ou abandono de antigas áreas industriais, mas, sim, pelos novos investimentos, que procuram áreas mais propícias aos seus processos produtivos, surgem também, problemas. Para Pacheco (1996, p. 127) “há desconcentração mas não reversão da polarização, porque não existem alternativas de polarização externas a São Paulo”.

Ainda que a economia brasileira tenha se desconcentrado, Pacheco (1996) se mostra atento à tônica da competição inter-regional, advertindo sobre a fragmentação da economia brasileira. Isso porque não é estranha aos movimentos de novas bases produtivas a existência de guerras fiscais, onde estados e municípios travam intensas disputas para a conquista de determinadas plantas industriais. O setor automobilístico é, talvez, a prova mais evidente desse fenômeno.

Não obstante, o movimento de desconcentração industrial brasileiro é ameaçado pela ótica administrativa das empresas. Ao reestruturar sua economia, na década de 1990, o Brasil se engatou à dinâmica estratégica dos conglomerados transnacionais, que introduziram importantes mudanças na organização produtiva de tipo fordista. O que está sob o véu da

flexibilização produtiva e o difundido sistema *just-in-time*, é o estreitamento das relações inter-firmas, e uma conseqüente aproximação física, lubrificando um funcionamento coordenado (conforme destacado na seção anterior). Aumentou ainda o grau de especialização necessário da mão de obra, reforçando – como assinala Pacheco (1996, p. 133), o:

[...] papel de centros urbanos com mercado de trabalho altamente qualificado, excluindo regiões com sistemas educacionais e culturais debilitados, que tendem a ser repositórios de atividades de baixos salários, baixa qualificação e baixa qualidade de vida, realimentando o processo de exclusão.

Esses movimentos no processo de ocupação do território brasileiro representam apenas algumas das dinâmicas inter-regionais no país. A promoção do desenvolvimento no Brasil requer um olhar atento para suas diversas regiões, e no caso da economia catarinense – na qual se insere este estudo – estimular o dinamismo além dos municípios de Joinville, Blumenau, Florianópolis, Criciúma e Chapecó – centros de gravidade de tecidos socioeconômicos regionais. Isto é, utilizar as heterogeneidades do estado em prol do crescimento e desenvolvimento econômico próprio. Deste modo, compreender de forma clara as particularidades e diferenças entre as regiões e os municípios catarinenses é fundamental – justificando a análise de um município em específico, o caso de Rio do Sul.

3. MENSURANDO O GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL DE RIO DO SUL

Antes de revelar o perfil das atividades produtivas na indústria de Rio do Sul é preciso indicar, primeiramente, que esse setor constitui o elemento central da dinâmica econômica do município. A tabela 1 reúne algumas indicações dessa dinâmica para a primeira década do século XXI.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos do município de Rio do Sul

Ano	População (variação) [variação em SC]	Emprego formal (variação) [variação em SC]	Emprego industrial (variação) [variação em SC]	Exportações (variação) [variação em SC]	PIB a preços de 2000 (variação) [variação em SC]
2000	51.650	13.034	5.222	US\$ 10.545.025	R\$ 437.176.000
2010	61.198 (19%) [17%]	28.511 (119%) [83%]	8.653 (66%) [66%]	US\$ 150.183.224 (1324%) [242%]	R\$ 596.554.000 (37%) [57%]

Fontes: IBGE (2000; 2010a); RAIS/MTE (2000; 2010); MDIC (2000; 2010). Elaboração própria.

Como pode ser observado, Rio do Sul exibiu na última década uma dinâmica considerável. O crescimento de sua população, de seu emprego formal e – principalmente – de suas exportações, superou o avanço observado na economia catarinense. O emprego industrial, por sua vez, acompanhou o crescimento observado em Santa Catarina.

Já a evolução do PIB municipal foi menor, quando comparada ao estado. Este fato guarda relação com os efeitos da crise econômica de 2008, que parece ter repercutido de forma mais intensa e duradoura na economia rio-sulense. Isso é sugerido pela observação do crescimento do PIB municipal e estadual entre os anos de 2000 e 2008: nesse período, a evolução do produto interno catarinense – a preços constantes – foi de 47%, enquanto a de Rio do Sul foi de 50% (IBGE, 2000; 2008). Essa dinâmica rio-sulense, que se destaca em escala de economia catarinense, possui respaldo num elemento fundamental: a indústria local.

A representatividade da indústria em Rio do Sul, por sua vez, é exposta pelos seguintes números: esse setor participa com 39,19% do Produto Interno Bruto (IBGE, 2010b); com 30,35% do Emprego Formal (RAIS/MTE, 2010) e; com 54,01% da arrecadação de ICMS do município (SEF/SC, 2012). Esses dados, sobretudo o relativo à arrecadação, revelam a importância da indústria para a economia rio-sulense.

Cabe ressaltar que o PIB industrial do município se mostra elevado quando comparado ao estado de Santa Catarina, escala em que representa 34,09% do total (IBGE, 2010b), e ainda maior quando cotejado à economia brasileira, onde a representação é de 26,8% do total (IBGE, 2010b).

Ademais, trata-se do setor industrial mais denso do Alto Vale do Itajaí, uma microrregião com considerável dimensão territorial – terceira maior de Santa Catarina, ocupando 7,9% do território de Santa Catarina (IBGE, 2010a) – e com municípios de baixa população – média de 7.387 habitantes/município, excluindo Rio do Sul. Pode-se dizer que essas duas características, combinadas, demandam a existência de um município polo, e que Rio do Sul responde a essa necessidade. Isso se deve fundamentalmente à sua indústria, que gerou a maior concentração populacional e urbana da região e, ainda, pressionou pela existência de um setor de serviços que atende não só o município, mas todo o seu entorno.

Abaixo, na tabela 2, são disponibilizadas informações que compõem um retrato do cenário contemporâneo no município.

Tabela 2 – Indicadores econômicos de Rio do Sul para o ano de 2010

Setor Variável	Agropecuária		Indústria*		Comércio e Serviços		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
PIB	R\$ 16.757.000	1,26	R\$ 521.514.000	39,19	R\$ 792.513.000	59,55	R\$ 1.330.784.000	100
Emprego Formal	105	0,01	8.653	30,35	19.753	69,28	28.511	100
Arrecadação ICMS**	R\$ 47.424	0,08	R\$ 30.733.628	54,01	R\$ 26.125.412	45,91	R\$ 56.906.465	100

Fonte: IBGE, 2010b; RAIS/MTE, 2010; SEF/SC, 2012.

* Exclusive construção civil.

** Dados de 2012

Uma vez assinalado que é a indústria a principal responsável pelo dinamismo socioeconômico do município de Rio do Sul, é necessário aprofundar a análise, identificando os diferentes segmentos presentes – dada a diversificação produtiva que a indústria local apresenta. Primeiramente serão apresentados os principais setores e empresas que compõem o parque industrial local – com informações coletadas em entrevistas com empresários, diretores e sindicatos laborais e patronais. Em seguida, serão sistematizados os dados de emprego e arrecadação de ICMS por setor.

3.1 Setor eletrometalmecânico

O complexo industrial formado pelos setores eletrônico de comunicação, metalúrgico e mecânico é responsável por 40% do emprego industrial do município (RAIS/MTE, 2012), e ainda responde por 61,8% da arrecadação de ICMS em Rio do Sul³⁴. Entretanto, não é possível apontar uma única empresa ou um único produto fabricado que seja destaque. Tal complexo revela considerável diversificação, sendo a totalidade das empresas nativas do município, e algumas delas atraindo investimentos externos sob a forma de *joint-ventures*.

Exemplo da sinergia presente entre as empresas deste setor é a criação, em 1973, do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Rio do Sul – Simmers. Não obstante, são empresas que alcançam destaque em nível nacional nos segmentos em que atuam. Algumas das principais empresas são: Frahm, Riosulense, H-Bremer, Hergen, Metalciclo, Vedamotors e Bovenau.

³⁴ Os 61,8% de arrecadação de ICMS equivalem à média de arrecadação anual entre os anos de 2008 e 2013, disponibilizados pela Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina.

A Frahm iniciou suas atividades, na década de 1940, como uma oficina de conserto de rádios, e em 1961 inicia, de fato, a produção de seus próprios rádios – batizados de Transisfracm. Em 1969 passa a fabricar caixas amplificadas, que a partir dos anos 2000 tornam-se o principal produto da empresa. No decorrer de sua trajetória – em 1986 – a empresa criou a Hinor, fabricante de alto-falantes. Trata-se da segunda maior fabricante brasileira de caixas acústicas – sendo líder no segmento multiuso – e a terceira maior fabricante nacional de alto-falantes (FIESC, 2013, p. 46). Emprega cerca de 420 funcionários.

A Metalúrgica Riosulense nasceu em 1946. Iniciou suas atividades como uma pequena oficina de manutenção, que atendia serrarias e fecularias do município. Ao longo de sua trajetória, alterou o foco de produção, e concentrou esforços para a entrada no mercado nacional de reposição de autopeças – o *after-market*. O êxito obtido nessa estratégia é sugerido pelos indicadores contemporâneos da empresa: emprega 1.050 funcionários, responde por 80% do mercado de reposição nacional nas linhas em que atua, e fornece seus produtos para todas as montadoras de caminhões instaladas no Brasil. É considerada a maior fabricante latinoamericana de guias, sedes e tuchos mecânicos de válvulas e fundidos em ligas especiais.

As atividades da H-Bremer também se iniciaram como uma pequena oficina que atendia serrarias e fecularias do município e região. Na década de 1970 passou a fabricar caldeiras, tornando-se a principal atividade da empresa. Com 161 funcionários (FIESC, 2013, p. 45), fabricando caldeiras que chegam a ter capacidade de 80 metros cúbicos de vapor/hora – a H-Bremer possui uma participação de 10 a 15% do mercado nacional. Em 2000 realizou importante *joint venture* com a portuguesa Marcovil Metalomecânica, sendo criada a Brevil, em Rio do Sul. Tal empresa atua na fabricação de equipamentos para movimentação e elevação de cargas, possuindo 65 funcionários. Não obstante, ainda nos anos 2000, cria a Grubras – fabricante de guas para a construção civil, instalada no município de Indaial/SC – também em parceria com a portuguesa Marcovil.

A empresa Hergen Máquinas e Equipamentos foi fundada em 1975, oferecendo serviços mecânicos ao setor madeireiro da região de Rio do Sul. Contudo, desde sua criação a ideia principal era a de fabricar maquinário para a indústria de papel. Em 1979 a empresa compra o acervo técnico da Indústria Mecânica Cavallari, de São Paulo (primeira empresa brasileira a produzir maquinário para a indústria do papel). A partir de então, a Hergen começou a consolidar-se no mercado, fornecendo maquinário para a indústria do papel nacional e estrangeira. Com pouco mais de 215 funcionários a Hergen atua na fabricação de máquinas

para a produção de papéis de embalagens, papéis especiais, sendo que o carro chefe da empresa é a linha destinada à fabricação de papéis *tissue* (papéis absorventes, como lenços, papel higiênico e papel-toalha). Deste modo, a empresa consolidou sua posição de maior fabricante brasileira de bens de capital para a indústria do papel, sendo responsável por toda a parte de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de seus produtos.

A Metalciclo foi fundada, em 1980, quando produzia contrapedais. A partir de 1985 seu parque fabril foi reestruturado, e a empresa diversificou sua produção, passando a fabricar guidões, descansos e pedais – sendo o último o novo carro chefe da empresa. A Metalciclo chegou aos anos 2000 consolidando sua posição como maior fabricante de pedais da América Latina. Isso permitiu que a empresa firmasse uma *joint venture*, em 2005, com a italiana Selle Royal, maior fabricante mundial de *sellins*. Assim, foi criada em Rio do Sul a Royalciclo, que é atualmente a 5ª maior fabricante de pedais no mundo, sendo a maior da América Latina, com 280 funcionários engajados na produção.

Fundada em 1991, a Vedamotors é fabricante de juntas para motores, sobretudo de motocicletas. A empresa procurou atingir maiores níveis de qualidade e produtividade por meio da participação em feiras internacionais do setor. Essa participação em importantes eventos rendeu frutos que se revelaram estratégicos: surgiu a proposta de sociedade com a empresa italiana Athena³⁵, que acabou adquirindo metade do controle da Vedamotors em 1998. Desse modo, a atuação da empresa se consolidou nas linhas para motos de grande porte, motos *off-road* e linha náutica. Com cerca de 130 empregados, a Vedamotors é fornecedora das principais montadoras de motocicleta instaladas no Brasil, bem como produtos voltados para a linha náutica.

Por fim, cabe destacar a Bovenau, que é fabricante de macacos e equipamentos hidráulicos. Foi criada em 1989, sendo fornecedora da Autolatina (antiga *joint-venture* entre a Volkswagen e Mercedes-Benz) para a fabricação de caminhões. Desse modo, a empresa consolidou sua posição no mercado nacional, e passou a atender, também, outras montadoras de caminhões. Em 2004, firma *joint-venture* com a alemã Weber-Hydraulik³⁶, instalando em Rio do Sul a Weber-Bovenau, fabricante de *tilt-cabs*. A Bovenau é atualmente a maior fabricante nacional de macacos hidráulicos para montadoras de caminhões, sendo fornecedora

³⁵ A empresa é líder mundial na fabricação de elementos para vedação para motores. Possui unidades de fabricação na Itália, Espanha, EUA, Índia, China e no Brasil, com a Vedamotors.

³⁶ Trata-se da maior fabricante mundial de equipamentos hidráulicos. Empresa de capital alemão, possui duas unidades fabris na Alemanha, duas no Brasil (Rio do Sul e Caxias do Sul), bem como na Áustria, Polônia, EUA, Canadá e Índia.

exclusiva de 90% das montadoras instaladas na América do Sul. Emprega cerca de 180 funcionários.

3.2 Setor vestuarista

O município de Rio do Sul, inserido no Vale do Itajaí, não foge à regra da consolidação do setor têxtil e vestuarista da mesorregião. Todavia, possui particularidades fundamentais que o distinguem de Blumenau, município protagonista desse processo. No último caso, o nascimento da indústria têxtil e do vestuário foi intrínseco ao processo de formação daquele município. Já na economia rio-sulense, o setor de vestuário começa a aparecer apenas na passagem da década de 1970 para a de 1980, ganhando peso a partir de então.

É necessário sublinhar que a forte presença corresponde ao setor de vestuário, não ao têxtil. Destacar algumas empresas constitui complicada tarefa, dado que o tecido empresarial formado por este setor é composto por grande número de micro e pequenas empresas. De fato, são muitas confecções, facções e também um certo número malharias. Em dezembro de 2013 estavam registradas no município 294 empresas, que empregavam 2.749 trabalhadores (SITITEV, 2013).

Todavia, ao analisar o processo histórico de formação deste setor, é indiscutível o destaque que ganhou a empresa Sulfabril. Suas operações em Rio do Sul iniciaram-se no início dos anos 1980, quando ainda era tímida a presença de empresas ligadas ao setor de vestuário. A empresa chegou a deter cerca de 1.200 postos de trabalho em seu auge produtivo no município, no início da década de 1990. Apenas a Frahm possuía número de empregados equivalente, sendo que esta empresa já existia no município desde a década de 1940.

Assim, não se pode negar que a Sulfabril foi responsável por uma significativa mudança no mercado de trabalho e na estrutura produtiva de Rio do Sul. Em questão de meia década o município deixou de ter pouquíssimos empregos ligados ao setor de vestuário e passou a ter mais de 1.000 trabalhadores engajados nessa atividade.

A abertura comercial brasileira, por sua vez, impôs inúmeras barreiras às atividades da Sulfabril, que começou a reduzir seu quadro de funcionários, decretando falência em 1999. Em termos agregados, todavia, o setor vestuarista em Rio do Sul continuou crescendo. Isso porque, se as grandes empresas do setor têxtil experimentaram retração de suas atividades, elas também desverticalizaram a sua produção – a fim de realizar o *catch-up* produtivo,

conforme analisou Castro (2001). Essa desverticalização representou uma oportunidade ímpar para inúmeras facções e confecções, que passaram a ser fornecedoras das empresas maiores.

A Sulfabril qualificou inúmeros trabalhadores, e aqueles que não tentaram abrir o negócio próprio figuravam como excelente mão de obra disponível para as novas empresas. Isso permitiu o surgimento e a consolidação de inúmeras facções e confecções, levando ao cenário contemporâneo do setor de vestuário no município. Tais facções e confecções assumem grande importância, pois suas atividades representam oportunidade de trabalho para principalmente para trabalhadores de baixa renda – sobretudo mulheres, e, em muitos casos, envolvendo o trabalho doméstico.

Respondendo por 30% do emprego industrial rio-sulense (RAIS/MTE, 2012), esse setor perde apenas para o complexo eletrometalmecânico. Por último, o setor de vestuário representou 17% da arrecadação de ICMS no município, entre os anos de 2008 e 2013, segundo dados da SEF/SC.

3.3 Setor alimentar

O setor alimentar representa a 3ª fonte de empregos e arrecadação de ICMS em Rio do Sul. Com 15% do emprego industrial do município (RAIS/MTE, 2012) e 7% da arrecadação de ICMS³⁷, o segmento se mostra relevante para a socioeconomia em questão. Quem responde mais amplamente por tais indicadores é o Frigorífico Riosulense, que alterou sua razão social para Pamplona Alimentos em 2013.

Criada em 1948, é a partir de 1969 que a empresa passa a operar, de fato, no mercado estadual, lançando-se também fora de Santa Catarina. Na década de 1980 é inaugurada uma fábrica de rações no município de Laurentino, e em 1989 é realizada a compra de um frigorífico de abate de suínos no município de Presidente Getúlio (ambos os municípios no Alto Vale do Itajaí).

A partir daí, a industrialização da carne suína passou a ser a principal atividade da empresa. Sob o status de carne livre de febre aftosa sem vacinação, a empresa alcançou o mercado externo, sobretudo no início dos anos 2000. Atualmente exportando carne suína para mais de 30 países, entre eles o Japão (país mais exigente em termos fitossanitários), a empresa se consolidou como uma das maiores exportadoras de carne suína do Brasil.

³⁷ Cálculo feito a partir da média entre os dados anuais dos anos de 2008 a 2013, dados da SEF/SC.

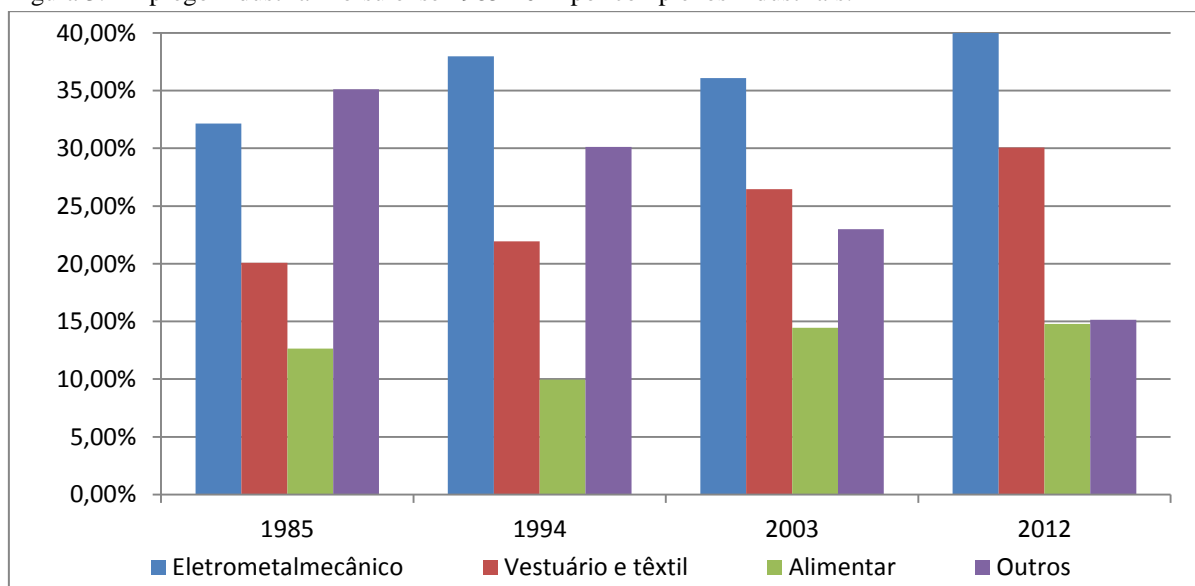
Trata-se, vale enfatizar, da maior empresa rio-sulense em termos de faturamento, que atingiu R\$600 milhões em 2012, outorgando a 555ª posição no ranking das 1000 maiores empresas brasileiras (VALOR ECONÔMICO, 2012). Em Santa Catarina, é a 11ª maior empresa exportadora (FIESC, 2013). Destaca-se que o estado é o maior produtor e exportador brasileiro de carne suína. O país, por sua vez, é o maior exportador mundial de carne suína *in natura*. Nesse cenário, a inserção do Frigorífico Riosulense é forte. Em 2005, as principais empresas brasileiras exportadoras de carne suína foram: Perdigão (19,7%), Sadia (17,7%), Seara (16,7%), Pamplona (13,3%) e Aurora (7,5%) (ABIPECS, 2007).

Por fim, o número de postos de trabalho na empresa já ultrapassa a marca de 1.600 funcionários, com aproximadamente 1.100 lotados em Rio do Sul. O abate é de mais de 5.000 suínos/dia.

3.4 Visão de conjunto: em busca de uma sistematização

Para melhor compreender os indicadores de emprego e arrecadação assinalados até aqui, são expostos a seguir alguns gráficos e tabelas que permitem melhor compreender a realidade socioeconômica do município de Rio do Sul. Primeiramente, constata-se (a partir da figura 3) que os três setores até agora abordados dinamizam, de fato, a socioeconomia local, respondendo – em 2012 – por praticamente 85% do emprego industrial.

Figura 3: Emprego industrial rio-sulense 1985-2012 por complexos industriais.



Fonte: RAIS/MTE, diversos anos. Elaboração própria.

O olhar sobre este período mostra que a economia de Rio do Sul vem se especializando nestes três setores, uma vez que em 1985 eles respondiam por 65% do emprego (o que já era relevante), e em 2012 passaram a ocupar mais de 80% do emprego industrial. Os setores de madeira e cerâmica têm perdido participação no emprego local, um movimento contrabalançado pela absorção pelos setores locais mais dinâmicos.

A estratificação pela Divisão CNAE 2.0 é apresentada na tabela 3, e ajuda a esboçar o padrão de diversificação da indústria local.

Tabela 3 – Emprego industrial em Rio do Sul segundo Divisão CNAE 2.0 para o ano de 2012

CNAE 2.0 DIVISÕES	2012	
	Absoluto	Participação
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2.601	30,02%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1.347	15,55%
Fabricação de produtos alimentícios	1.283	14,81%
Fabricação de máquinas e equipamentos	868	10,02%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	560	6,46%
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	435	5,02%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	280	3,23%
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	234	2,70%
Fabricação de produtos de madeira	213	2,46%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	146	1,69%
Fabricação de móveis	143	1,65%
Fabricação de produtos têxteis	122	1,41%
Outros (menos de 130 empregos)	431	4,98%
Total	8.663	100,00%

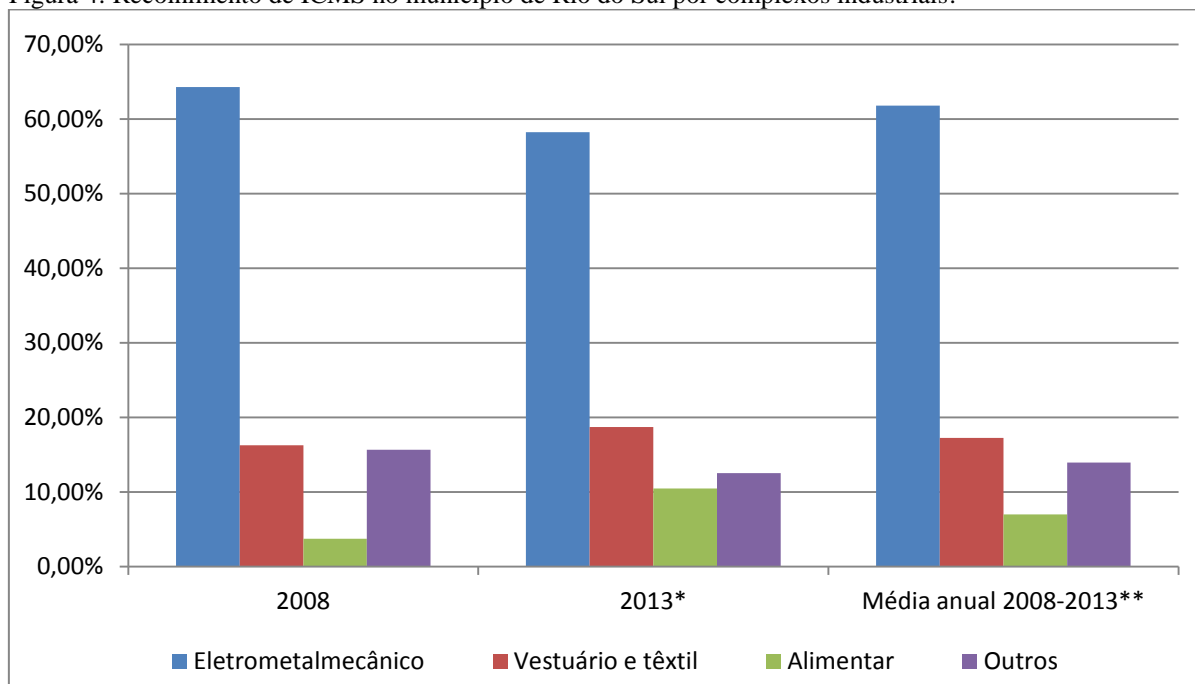
Fonte dos dados: RAIS/MTE, 2006; 2012. Elaboração própria.

A partir da tipologia proposta por Almeida e Ribeiro (1991) e complementada por Breitbach (2008), são observadas quatro Divisões com representação individual maior do que 10%, cujo somatório atinge 70,4% do emprego industrial do município. Ainda que não se encaixe em nenhum dos grupos propostos na tipologia de Almeida e Ribeiro (1991), a tabela 2 sugere uma clara diversificação produtiva da economia.

Também é analisada a socioeconomia local sob a ótica da arrecadação de ICMS. Ela é importante por complementar aquela baseada no emprego industrial, favorecendo as Divisões não intensivas em mão de obra. A figura 4 indica a predominância dos “três grandes” complexos até agora analisados, sendo necessário ressaltar que a arrecadação com produtos

alimentares cresceu constantemente neste período, uma característica que deverá se fortalecer nos próximos anos. Deve-se também lembrar que a Pamplona Alimentos exporta cerca de 50% da sua produção de carne suína – que fica isenta de ICMS.

Figura 4: Recolhimento de ICMS no município de Rio do Sul por complexos industriais.



Fonte: SEF/SC, diversos anos. Elaboração própria. *Dados de 2013 compreendem o período de 01/01/2013 a 20/12/2013. **Média anual do período 2008-2013.

Finalmente, não se pode deixar de destacar o grande domínio que exerce o complexo eletrometalmeccânico, por fornecer o maior volume de recursos à prefeitura, para o custeio de suas atividades e seus investimentos. A análise da arrecadação de “ICMS industrial” por classes CNAE 2.0 é feita a seguir, na tabela 4, e auxilia a compreender o grau de diversificação da economia rio-sulense sob este aspecto.

Tabela 4: Recolhimento de ICMS em Rio do Sul pela Divisão CNAE 2.0 no ano de 2012.

CNAE 2.0 DIVISÕES	2012	
	Absoluto (R\$)	Participação
Fabricação de máquinas e equipamentos	5.331.846,41	17,35%
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	5.193.891,44	16,90%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	5.026.151,35	16,35%
Fabricação de equip. de informática, produtos eletrônicos e ópticos	4.386.278,34	14,27%
Fabricação de produtos alimentícios	2.769.906,96	9,01%
Fabricação de produtos de madeira	1.968.130,82	6,40%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.463.117,14	4,76%
Fabricação de produtos têxteis	1.292.573,17	4,21%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	946.169,51	3,08%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	683.465,10	2,22%
Outros (menos de 2% de participação por Divisão)	1.672.098,14	5,44%
Total	30.733.628,38	100,00%

Fonte dos dados: SEF/SC, 2012. Elaboração própria.

Desta feita, são consideradas cinco Divisões com participação maior que 10%. Inclui-se a fabricação de produtos alimentícios devido ao aumento que haverá nos próximos anos, uma vez que a Pamplona Alimentos iniciará a industrialização de seus produtos embutidos em Rio do Sul a partir de 2014, bem como devido ao crescimento contínuo de outras empresas desse setor. Cabe sublinhar que a fabricação de produtos alimentícios já atingiu 10,49% do “ICMS industrial” rio-sulense em 2013 (SEF/SC, 2013) ³⁸.

Deve também aumentar, em termos proporcionais, a arrecadação relativa ao setor de vestuário, na medida em que empresas deixem a informalidade e a Secretaria Estadual da Fazenda imponha novos métodos de fiscalização tributária. A tabela 5 sistematiza os resultados obtidos.

Tabela 5: Participação das principais Divisões industriais no emprego e arrecadação de ICMS da indústria de Rio do Sul em 2012.

Variável	Divisões CNAE 2.0 com participação individual superior a 10%	Somatório da participação
Emprego industrial	4	70,40%
Arrecadação de ICMS na indústria	5	73,88%

Fonte: RAIS/MTE (2012) e SEF/SC (2012). Elaboração própria.

³⁸ Os dados anuais de participação no recolhimento de ICMS do setor de fabricação de produtos alimentícios em Rio do Sul são expressos a seguir: 3,75% em 2008, atingindo 7,16% em 2010 e, finalmente, 10,49% em 2013.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos indicadores expostos ao longo deste artigo, é possível sugerir que a diversificação da base produtiva de Rio do Sul é forte. Isso quer dizer que pensar e planejar o município exclusivamente em termos de um único setor não se revela adequado para promover o desenvolvimento dessa unidade socioterritorial.

Mais do que isso, o município reforça a ideia de que não necessariamente as unidades territoriais especializam, ou deixam de diversificar, suas bases produtivas. Isto é, frente às dinâmicas capitalistas vinculadas à globalização, Rio do Sul se mantém dinâmico, e engatado às esferas mais amplas em que se insere – graças, é claro, à sua diversificação industrial.

De fato, o município atravessou as três últimas décadas com sua dinâmica econômica assentada na própria diversificação produtiva. Neste período, o Brasil viveu sua década perdida e, mais tarde, reestruturou sua economia. Estes fatos podem ter levado ao esvaziamento de inúmeras cidades e regiões do interior do Brasil, mas certamente, aquelas que mantiveram seu dinamismo puderam vislumbrar um futuro comparativamente mais promissor – caso de Rio do Sul.

É necessário destacar que Rio do Sul não integra a “rota dos investimentos” de Santa Catarina. Quer-se dizer com isso que o maior crescimento econômico, os maiores avanços na formação bruta de capital fixo no estado, está nos grandes centros catarinenses e, por vezes, no eixo que os interliga. Nesse sentido, são protagonistas principais os municípios de Joinville e Blumenau – bem como o seu eixo geoeconômico (a exemplo de Jaraguá do Sul, Itajaí, Brusque, Pomerode e Gaspar) –, Criciúma, Chapecó e Florianópolis. Portanto, ainda que cresça, Rio do Sul vê estes municípios apresentarem maior dinamismo, sendo que Rio do Sul tem como base apenas empresas nativas. Para a mudança deste quadro, a ação do poder público é fundamental, a fim de alavancar o desenvolvimento econômico do município, e por consequência, do Alto Vale do Itajaí.

As razões para o nascimento e consolidação de uma indústria diversificada são difíceis de pormenorizar. Em Rio do Sul, contudo, uma parcela importante da resposta está na própria sociedade rio-sulense, formada – principalmente – por imigrantes europeus que estavam às margens da revolução industrial europeia, onde pesam os grupos alemães e italianos. Por um lado, destacam-se as exitosas iniciativas desses imigrantes, cujos descendentes exemplificam múltiplos casos de abertura de novos negócios, que fizeram surgir um município industrialmente diversificado. Por outro lado, destaca-se a qualidade da mão de obra local,

majoritariamente enaltecida pelos empresários locais – fazendo com que as empresas permaneçam na região, frente aos entraves encontrados por questões de distanciamento geográfico e de logística, por exemplo.

Contudo, é irrevogável que Rio do Sul não se apresenta descolado de esferas mais amplas. As políticas esboçadas pelos governos federal e estadual, sobretudo nas décadas 1940-1970, período de intensa industrialização no país, certamente assumem importância para a estrutura industrial consolidada em Rio do Sul, e que se constitui como eloquente exemplo para se pensar a diversificação industrial como elemento dinamizador de diferentes territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. S., RIBEIRO, M. A. C. Análise da organização espacial da indústria brasileira através de uma tipologia de centros industriais. In: **Atlas Nacional do Brasil**, Cadernos de Geociências (especial), IBGE, p. 61-81. Rio de Janeiro, dezembro de 1991.

BREITBACH, A. C. M. **Une dynamique regionale fondee sur la diversification industrielle: l'expérience de la region de Caxias do Sul (Brésil)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Paris, Paris, 2003. 439 p.

_____. A diversificação industrial como fator de crescimento da região de Caxias do Sul. **Análise: Revista de Administração da PUCRS**. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2007

_____. Especialização e diversificação nas regiões industriais do Rio Grande do Sul. In: **Textos para Discussão FEE nº31**. Porto Alegre, junho de 2008.

CARDOSO, A. M. **Compêndio histórico e geográfico de Rio do Sul**. 1ª Ed. 1984.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. (Orgs). **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

CASTRO, A. B. de. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. In: **Revista de Economia Política**, vol. 21, nº 3 (83), p. 3-26, jul.-set. 2001.

FERREIRA, A. H. B., DINIZ, C. C. Convergência entre as rendas *per capita* estaduais no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4 (60), outubro-dezembro/1995. p. 38-56.

FIESC, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em dados**. Unidade de política econômica e industrial. Florianópolis, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 353 p.

IBGE. **Censos Demográficos de 2000 e 2010**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Rio do Sul. 2000; 2010a.

IBGE. **Banco de dados agregados**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2010b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Data do acesso: 20/12/2013.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul**. Brasília, IPEA. Outubro de 2000, v.6., 206p.

LINS, H. N. **Reestruturação industrial em Santa Catarina: Pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90**. Editora da UFSC. Florianópolis, 2000.

_____. A questão regional na aurora do século XXI: os desafios da globalização. In: **Ensaio FEE**, v. 22, n. 2, p. 78-101, 2001.

_____. Transformações econômicas e reflexos espaciais no Brasil meridional. In: GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., GALVÃO, A. C. F. (orgs) – **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo, UNESP. ANPUR, 2003.

_____. A região de aprendizagem como temática e ângulo de observação. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte. nº 17, p. 127-162, janeiro-abril 2007.

MARSHALL, A. **Principle of economics**: an introductory volume. 8 ed. London: Macmillan, 1979.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da Economia nacional. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, (6): p. 113-140, jun 1996.

PORTER, M. E. Location, competition, and economic development: local clusters in a global economy. In: **Economic Development Quarterly**, v. 14, n. 1, fevereiro de 2000. p. 15-34.

RAIS/MTE. **Relação Anual de Informações Sociais**. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. 1985; 1994; 2003; 2012.

RODRIGUES, M. A., MONTEIRO, W. F., CAMPOS, A. C., PARRÉ, J. L. Identificação e análise espacial das aglomerações produtivas do setor de confecções na região sul. In: **Economia Aplicada**. Ribeirão Preto, v. 16, n.2, junho de 2012. p. 311-338.

SANTA CATARINA. **Atlas de Santa Catarina**. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986, 173p.

SEF/SC. **Estatísticas da arrecadação tributária**. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Fazenda, Diretoria de Administração Tributária. 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013.

SITITEV, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Rio do Sul. **Relatório de empresas ativas**. 2013.

VALOR ECONÔMICO. Empresas: ranking das 1000 maiores. **Valor 1000**. Edição 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2801254/ranking-das-1000-maiores>> Acesso em: 20/11/2013.

WIKIMEDIA. **Santa Catarina, município de Rio do Sul**. 2014. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/97/SantaCatarina_Municip_RiodoSul.svg> Acesso em: 10/01/2014.